

## AS ROTAS DOS VIAJANTES DO SÉCULO XIX NA ANTIGA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA: UM ESTUDO PRELIMINAR PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO CULTURAL

Ana Cristina Drumond Caldeira <sup>1</sup>

Mariana de Oliveira Lacerda <sup>2</sup>

### RESUMO

A descoberta do diamante no território da antiga Demarcação Diamantina no século XVIII despertou atenção especial da Coroa Portuguesa. A partir da abertura dos portos brasileiros, em 1810, um grande contingente de pessoas foi atraído para a região onde hoje se encontra o município de Diamantina, pois o país passou a ser acessível para pesquisadores e naturalistas interessados pela riqueza biológica e mineral do país. O objetivo deste artigo é apresentar os primeiros resultados da pesquisa sobre os caminhos percorridos pelos viajantes estrangeiros na terra dos diamantes no intuito de resgatar estruturas territoriais e realizar estudo toponímico sobre os lugares por eles visitados. A partir deste resgate, pretende-se elaborar um mapa temático com o conjunto de informações geográficas de interesse para o planejamento de rotas culturais para o uso turístico. A metodologia foi baseada em revisão teórica sobre os temas: demarcação diamantina, história e turismo cultural, além da leitura dos relatos dos viajantes. Este conteúdo oferece novas perspectivas para o planejamento do turismo cultural a partir do resgate de bens patrimoniais a serem reconhecidos e valorizados.

**Palavras-chave:** Demarcação Diamantina, viajantes, rotas culturais, turismo cultural.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Turismo, pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tina.ufmg@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela UFMG. Professora assistente do Curso de Turismo da UFMG. E-mail: mirilacerda@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Pode-se considerar que todo espaço historicamente construído inspira o desenvolvimento do turismo cultural. Contudo, para que as propostas de turismo somem aos esforços de valorização das identidades culturais é necessário um esforço no sentido de resgatar e interpretar sentidos e significados culturais para a viagem. Neste sentido, os relatos dos viajantes sobre a área da antiga demarcação diamantina conferem um valor cultural e histórico para este lugar.

A antiga Demarcação Diamantina foi uma importante província diamantífera dos períodos colonial e imperial do Brasil. A reconstrução da rota destes viajantes é importante, não só, para identificar os lugares por onde eles passaram (como arraiais, vilas, caminhos, rios, córregos, serviços de diamante, pontes, serras e as principais paisagens desta região marcada pela a exploração do diamante), mas também para iniciar a reflexão sobre o seu legado histórico e cultural.

Neste sentido, procura-se refletir sobre a contribuição das rotas dos viajantes para o reconhecimento de bens patrimoniais vinculado à história do diamante em Minas Gerais. Questiona-se se o uso turístico deste patrimônio poderia contribuir para a valorização da memória e da identidade cultural desta região.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa, através do quadro descritivo dos distritos que cada viajante percorreu, com o intuito de valorizar a memória sobre a

Demarcação Diamantina e buscar novas inspirações para o turismo cultural na região de Diamantina, MG. A metodologia utilizada foi baseada em revisão teórica sobre os temas: Demarcação Diamantina e turismo cultural, além da pesquisa documental através dos relatos de nove viajantes. Para auxiliar a identificação dos lugares relatados foram utilizadas cartas topográficas em escala 1:100.000 (IBGE, 1978) além do estudo toponímico dos lugares a fim de encontrar a correspondência entre os nomes.

## O DISTRITO DIAMANTINO E OS VIAJANTES

De acordo com o relato do viajante Wilhelm Ludwig von Eschwege, a descoberta do diamante no Brasil se deu em 1729 pelo governador D. Lourenço de Almeida no córrego chamado Morrinhos, que se lança no Rio Pinheiros, um dos principais afluentes do rio Jequitinhonha, em minas gerais. Por muito tempo as pedrinhas brilhantes eram usadas como tentos nos jogos pelos sertanistas que casualmente as encontravam nas lavagens de ouro. Em 1728, Bernardo da Silva Lobo foi o primeiro a levar as pedras para Lisboa, que foram vistas por um acaso pelo então cônsul holandês, que verificou que eram diamantes. Uma carta régia de oito de fevereiro de 1730 considerou os diamantes como propriedade real (ESCHWEGE, 1979).

Em 1734 os limites das terras diamantíferas ainda não estavam muito bem definidos e alguns

decretos proibiram a mineração em rios e ribeirões até que a Coroa Portuguesa desse início às tentativas de organizar a extração e a cobrança de impostos. No mesmo ano, a coroa estabeleceu a Demarcação Diamantina ou o Distrito Diamantino, uma área em torno do Arraial do Tejuco (hoje cidade de Diamantina) incluindo os arraiais de Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Inhaí, Mendanha com o objetivo de controlar a extração. Seis marcos foram cuidadosamente fixados nas divisas estabelecidas e cerca de oito postos fiscais controlavam a entrada e a saída do distrito. O Distrito Diamantino era como um Estado dentro de outro Estado, com regras e leis diferentes do resto da Capitania, submetido a uma administração especial: a Intendência dos Diamantes, com leis próprias e válidas somente no Distrito. (GRINBERG; GUINBERG; ALMEIDA; 2007).

Ao longo do tempo a região foi submetida a dois diferentes regimes administrativos. O primeiro corresponde à concessão de contratos a particulares que deveriam ser arrematados por um único contratador, por um período de quatro anos. Este sistema administrativo durou aproximadamente trinta anos, entre 1741 e 1771. Após este período entrou em vigência o monopólio real (até 1832) administrado por Marquês de Pombal. Durante este período a Coroa acabou com o sistema de contratos, passando a monopolizar a exploração através de uma empresa estatal chamada Real Extração dos Diamantes. As regras do Distrito

Diamantino durante o período da Real Extração foram extremamente rigorosas. O Regimento Diamantino, também conhecido como o Livro da Capa Verde, continha 54 artigos minuciosos e rigorosos que abriam caminho para a delação anônima e à calúnia, oferecendo “centenas de vítimas ao ódio e à vingança dos administradores” (ESCHWEGE, 1979. p.89).

Os primeiros viajantes percorreram a Demarcação Diamantina durante o monopólio da Real Extração. Outros viajantes chegaram durante o regime de livre exploração quando firmas estrangeiras se estabeleceram para explorar o diamante (FURTADO, 1996).

Com a abertura dos portos e com a chegada do Príncipe Regente D. João VI e da família Real, o Brasil passou a receber um contingente notável de visitantes e cientistas europeus que desejavam observar os costumes e as peculiaridades naturais. Muitos partiram em direção à região dos diamantes, mas para entrar na Demarcação Diamantina era preciso uma autorização especial. Durante o século XIX muitos visitantes de diversas províncias e de várias formações (naturalista, geógrafos, artistas, comerciantes, etc.), vieram atraídos pela curiosidade e a vontade de estudar as riquezas desta terra. Alguns viajantes tiveram a passagem breve, outros ficaram por meses, anos e outros ficaram para sempre, morrendo aqui bastante idosos (GOMES, 2007).

O primeiro viajante que recebeu a permissão para visitar o Distrito

Diamantino foi o inglês mineralogista e comerciante John Mawe (1809 – 1810) que chegou ao Brasil em 1807 e regressou a Londres em 1811. Foi recebido pelo Príncipe Regente D. João VI, que lhe concedeu permissão para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais, durante os anos de 1809 a 1810. Adquiriu grande renome como perito conhecedor de minerais e pedras preciosas.

Outros viajantes passaram pela região de Diamantina como Auguste de Saint-Hilaire (1816 – 1822) botânico e naturalista francês; João Emanuel Pohl (1817 – 1821) médico, mineralogista, botânico e naturalista austríaco; Spix naturalista alemão e Martius naturalista, médico, botânico, também alemão (1817 – 1820); George Heinrich von Langsdorff (1824 – 1825) médico, nascido na Prússia e naturalizado russo; George Gardner (1836 – 1841) médico, botânico e naturalista britânico; Conde de Suzannet (1845) nobre francês; Johann Jakob von Tschudi (1860 – 1868) médico, naturalista e explorador suíço; Richard Francis Burton (1867) foi um escritor, explorador e diplomata britânico.

A contribuição de cada um dos viajantes foi importante, uns se interessaram pela história e geografia, outros pela flora e fauna, outros pela geologia e pelas riquezas mineiras, e todos, de alguma forma, descreveram a cultura e os costumes locais. Por todos estes aspectos, as rotas de desbravamento de um novo mundo podem representar novos caminhos para o turismo cultural estabelecendo uma relação entre o

passado e o presente através da paisagem.

## **TURISMO CULTURAL E O RESGATE DA MEMÓRIA**

Segundo Barreto (2000), o turismo com base no legado cultural é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural. Por este motivo, o turismo cultural é entendido como a busca de novos conhecimentos associados à cultura, tradições e costume de um povo, buscando compreender as suas peculiaridades, conforme destaca Moletta (1998):

Turismo cultural é o acesso ao patrimônio cultural, ou seja, a história a cultura e o modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente o lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, na suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas (Moletta (1998).

O Ministério do Turismo (2006) em sua definição também destaca o turismo cultural relacionado com a história e as manifestações culturais como um atrativo para o turismo.

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MTur, 2006).

Este conceito é fundamental porque enfatiza a valorização dos bens materiais e imateriais como uma premissa para o turismo cultural.

De acordo com José Newton Meneses (2003) o conceito de turismo cultural traz novas percepções do que consideramos hoje como patrimônio cultural, pois considera como patrimônio cultural não só as edificações e monumentos, mas também o processo histórico de construção de identidades culturais. A palavra patrimônio tem sofrido uma transição de significados. Ramon Gutierrez (1992) traça algumas considerações de como o campo patrimonial proporciona a passagem da noção de patrimônio histórico para patrimônio cultural. Há uma ruptura com a visão histórica reducionista, que define o patrimônio como bens de origem aristocrática, religiosa, bélica e estatal. O novo conceito é mais abrangente e inclui aspectos culturais como o cotidiano, o que inclui aspectos imateriais e simbólicos à noção patrimonial.

O turismo é uma ferramenta fundamental que resgata e estimula a identidade cultural de uma sociedade e promove relações sociais. Cada lugar é identificado por suas peculiaridades, costumes e acontecimentos que adquiriram sentido ao longo do tempo, fazendo com que a história seja compreendida para além do passado, mas como uma construção do tempo presente e futuro. Nesse sentido, Castriota (1998) salienta que:

[...] os lugares podem despertar memórias naqueles que, membros da comunidade, compartilham de um

passado comum, enquanto, ao mesmo tempo, podem representar passados também para “forasteiros” que estejam interessados em conhecer sobre eles no presente. (CASTRIOTA, 1998, p. 125)

Os relatos dos viajantes apresentam uma visão estrangeira que contribuiu com a construção da memória. De acordo com Le Goff a memória é definida como:

Um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Para muitos povos a memória é um artifício fundamental para a sobrevivência e perpetuação de suas tradições; além de ser um instrumento e objeto de poder importante na luta das forças sociais. (LE GOFF, 2003, p. 467)

A memória é um elemento que está presente no passado e no presente de um povo. Os relatos dos viajantes apresentam uma grande quantidade de registros referentes à cultura, religião, política, geografia e economia local, que resgatam a memória em muitos aspectos. Em nossa investigação detectamos, por exemplo, que o processo de nomeação de cidades e de outras estruturas territoriais sofreu muitas e variadas influências, justificando os estudos toponímicos sobre a região.

## OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELOS VIAJANTES

De acordo com Santos (2009) mapas da Capitania de Minas Gerais estão sob a guarda de museus e arquivos localizados no Brasil e em Portugal, em acervos de instituições nacionais. Segundo o autor, os exemplares de mapas sobre o território mineiro, são, na sua maioria, manuscritos elaborados originalmente entre 1778 e 1815 e são considerados artefatos históricos de grande valor.

A cartografia foi uma estratégia dos governantes e dos militares para controlar o território dos diamantes. Em 1724 o mapa o “Borrão para fazer um mapa da comarca do Serro Frio”, destacou os principais caminhos de acesso para esta região. Com a comunicação oficial da descoberta dos diamantes na região do Serro do Frio, foi elaborada a “Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas de diamantes” que representa os principais caminhos e rios que davam acesso à região diamantina. Datado deste mesmo período, o anônimo

“Mapa da demarcação da terra que produz diamantes”, situa a Vila do Príncipe e os principais arraiais. (Cotta, 2007, em anexo)

A partir destes mapas os viajantes definam uma rota aproximada. A rota enquanto “simples curva traçada numa superfície” (Michel Serres *apud* Fraysse; Roux; Courbieres, 2009) suscita o imaginário e o desejo de descobrir um território representado em um mapa ou ainda desconhecido. John Mawe (em anexo) fez um esboço de sua rota pelo Brasil com intervenção do Conde de Linhares, de guias que conheciam o caminho a percorrer.

Nos relatos dos viajantes há descrição e citação de locais por onde eles passaram, a partir destes trechos, descrevemos cada local, tentando definir uma rota, mas sem ordem cronológica e linear, de acordo com o relato de cada viajante. O quadro abaixo apresenta as principais localidades do Distrito Diamantino e a relação dos viajantes que as percorreu.

**Quadro 1** : Viajantes e as principais localidades de Demarcação Diamantina

Localidade/ Viajantes	Brumadinho	Capivari	Chapada	Curralinho	Guinda	Mendanha	Milho Verde	Paraúna	Pinheiro	Rio Manso	São Gonçalo	Tejuco	Três Barras	Vau	Vila do Príncipe
<b>John MAWE</b>			x	x		x	x				x	x			x
<b>SPIX &amp; MARTIUS</b>		x	x	x		x				x		x	x	x	

<b>Auguste de SAINT-HILAIRE</b>			x	x		x	x		x			x		x	x
<b>Georg Heinrich von LANGSDORFF</b>						x						x		x	
<b>George GARDNER</b>						x	x	x				x		x	x
<b>Conde de SUZANNET</b>	x				x	x				x		x		x	x
<b>Jonhann Jakob von TSCHUDI</b>			x		x	x	x				x	x			x
<b>Richard BURTON</b>			x	x	x							x			x
<b>João Emanuel POHL</b>															x

Fonte: elaboração própria.

## TOPONÍMIA DOS LUGARES VISITADOS

Diversas influências proporcionam o surgimento de uma toponímia muito e rica e variada, que vem desde a influência do Índio, como do colonizador, do bandeirante desbravador, do negro escravizado, do garimpeiro, do padre, de políticos e coronéis.

A toponímia é uma área de estudos fundamentada na idéia de que a nomeação de um lugar não se dá de maneira aleatória ou despropositada, mas que esta nomeação, ao ser estudado, pode revelar informações importantes referentes à língua, aos costumes e aos valores preponderantes na conduta. Segundo Dick (1990) a toponímia é “um imenso complexo línguo-cultural, em

que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”.

Dick (1990) ressalta que o campo de estudo da Toponímia não se limita à pesquisa etimológica, já que ela procura, também, a procedência da significação dos nomes dos lugares, considerando aspectos extralingüísticos como: aspectos geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos, que os originaram. Segundo a autora, o signo toponímico, quase sempre, tem relação com a história e a cultura da região que ele nomeia.

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos

fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antro-po-culturais (DICK, 1990, p. 19).

principais aglomerações urbanas da antiga Demarcação Diamantina. Este estudo foi feito, pois muitos locais que os viajantes descrevem em seus relatos, não foram identificados nos mapas de hoje, percebendo que houve uma mudança de nome de muitas localidades.

O segundo quadro é um estudo de correspondência toponímica das

**Quadro 2:** Estudo toponímico das aglomerações urbanas da antiga Demarcação Diamantina, Minas Gerais.

Nome atual	Denominações anteriores
Senador Modestino Gonçalves	Araçuaí; Mercês do Araçuaí; Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí; Calaba; Mercês de Diamantina.
Alvorada de Minas	Santo Antonio do Rio de Peixe
Dom Joaquim	São Domingos do Rio do Peixe
Serro	Serro Frio; Serro do Frio; Lavras Velhas do Serro; Ribeirão das Lavras Velhas; Vila do Príncipe.
Santo Antonio do Itambé	Santo Antonio
Serra Azul de Minas	Casa de Telha
Rio Vermelho	Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho.
Felício dos Santos	Grota Grande
Couto de Magalhães de Minas	Couto de Magalhães; Rio Manso.
Datas	Ribeirão das Datas; Espírito Santo das Datas.
Gouveia	Santo Antonio do Gouveia
Morro do Pilar	Morro de Gaspar Soares; Nossa Senhora do Pilas; Nossas Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares
Presidente Kubitschek	Pouso Alto; Pouso Alto de Diamantina; Tijucal.
Diamantina	Tijuco
Minas Novas	Bom Sucesso; Nossa Senhora do Bom Sucesso; Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí; Fanado das Minas Novas; Minas Novas do Fanado.
Felisberto Caldeira	São Gonçalo do Rio Preto
Grão- Mogol	Serrinha; Serra; Serra d Grão-Mogor; Serra do Santo Antonio do Grão-Mogol.

Fonte: elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais abrangente, por isso ele apresenta os primeiros resultados. Após a leitura dos relatos dos nove viajantes que percorreram a antiga demarcação Diamantina foram identificados elementos do patrimônio material como as edificações e do patrimônio imaterial através da memória como manifestações culturais, hospitalidade, culinária.

Ao longo da rota descrita pelos viajantes percebemos que estes patrimônios culturais estavam relacionados com a história do garimpo, a exploração do diamante, mesmo hoje estes lugares não sendo considerado um único território, como antigamente com a Demarcação Diamantina, possuem uma identidade comum, sendo considerado um território identidade, reconhecendo o território como palco de relações afetivas e a identidade de um grupo social e o seu espaço.

Percebemos que a cartografia antiga foi referência para que os viajantes construíssem suas rotas, contudo mapas desta região não eram divulgados, para que as pessoas não tivessem acesso fácil aos serviços dos diamantes. Poucas pessoas tinham acesso ao Distrito Diamantino, os viajantes estrangeiros tiveram este privilégio, com autorização da Coroa para percorrer a Demarcação Diamantina, por isso o olhar e o relato dos viajantes são importantes para resgatar a história e a memória da terra dos diamantes.

As rotas dos viajantes contribuem para o reconhecimento de bens

patrimoniais vinculado à história do diamante em Minas Gerais, e através de um planejamento valorizar todos os locais que contam esta história, não somente a cidade de Diamantina e através do uso turístico deste patrimônio contribuía para a valorização da memória e da identidade cultural desta região.

A partir deste trabalho inicial sobre os caminhos percorridos pelos viajantes estrangeiros na terra dos diamantes foi possível identificar arraiais, vilas, caminhos, rios, córregos, serviços de diamante, pontes, serras através dos relatos dos viajantes, além de permitir a comparação toponímica com os nomes atuais.

De acordo com o conceito do Ministério do Turismo, o turismo cultural como atividades turísticas relacionadas com a vivência dos significados do patrimônio histórico e cultural, valorizando os bens materiais e imateriais da cultura, acreditamos que a partir do relato dos viajantes e a suas descrições sobre estes lugares, o planejamento turístico seja voltado para o turismo cultural, com a valorização da história e resgate da memória e não somente com a visita de edifícios e monumentos históricos sem significados e contexto.

Com este resgate, pretende-se elaborar um mapa temático com o conjunto de informações geográficas de interesse para o planejamento do turismo cultural. Este conteúdo histórico-cultural oferece novas perspectivas para o planejamento do turismo cultural a partir do resgate de bens patrimoniais a serem reconhecidos e valorizados.

## REFERÊNCIAS

- [ Mapa da ] Demarcação Da Terra que produz Dimantes.post. 1729/1734. 26 x 33 cm; Aquarela colorida; AHU (n. 247/1153) – Fotografia: Laura Castro Caldas e Paulo Cintra – Projeto Resgate. In Cartografia da conquista do território das Minas / Antonio Gilberto Costa (organização) – Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.
- BRASIL, Ministério do Turismo & Unicamp. Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro - O Turismo Cultural no Brasil. Brasil: Ministério do Turismo, 2006.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1995.
- BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao oceano atlântico. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed da Universidade de São Paulo, 1977.
- CASTRIOTA, Leonardo B. (org.) *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 309p.
- COTTA, Albert Francis. O comercio Negro em terras diamantinas: Práticas comerciais entre militares e quilombolas nas Minas Gerais do século XVIII. Projetos de Bolsas Acadêmicas sociais. Belo Horizonte, 2007.
- DICK, M. V. de P. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- ESCHWEGE, Wilhelm von. Pluto brasiliensis. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- FRAYSSE, P.; ROUX, S.; COURBIERES, C. A rota como memória. Revista Eletrônica Scielo Brasil. vol.14 no.spe Belo Horizonte 2009.
- FURTADO, Junia Pereira. O Livro da Capa Verde. O Regimento Diamantino de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no Período da Real Extração, São Paulo, Annablume, 1996.
- GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-184; tradução de Milton Amado, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.
- GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- GRINBERG, Keila; GUINBERG, Lucia; ALMEIDA, A, C, L. Para conhecer. Chica da Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GUTIÉRREZ, Ramón. Direito ao Patrimônio Construído. (1992) In: O

*Direito à Memória. Patrimônio histórico e cidadania.* São Paulo: Secretaria municipal de Cultura/DPH.

HERING, F. A. Os Viajantes Ingleses e a Representação do Brasil: A Cartografia do Ouro das Minas Gerais (1809-1867) (Parte 1). Revista Eletrônica História e História. Maio de 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 544.

MAWE, John. Viagem ao interior do Brasil. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. História e turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

MOLETTA, V. F., Turismo Cultural, Porto Alegre: Sebrae: RS. 1998.

POHL, Joahann Emmanuel. Viagem no interior do Brasil. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil; tradução de Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, M. M. D; SEABRA, M. C. T.C. Motivação toponímia da Comarca do Serro Frio: estudos dos registros oitocentistas em Mapas das Capitânicas de Minas Gerais. Anais do

III Simpósio Luso-brasileiro de cartografia histórica. Ouro Preto, novembro de 2009.

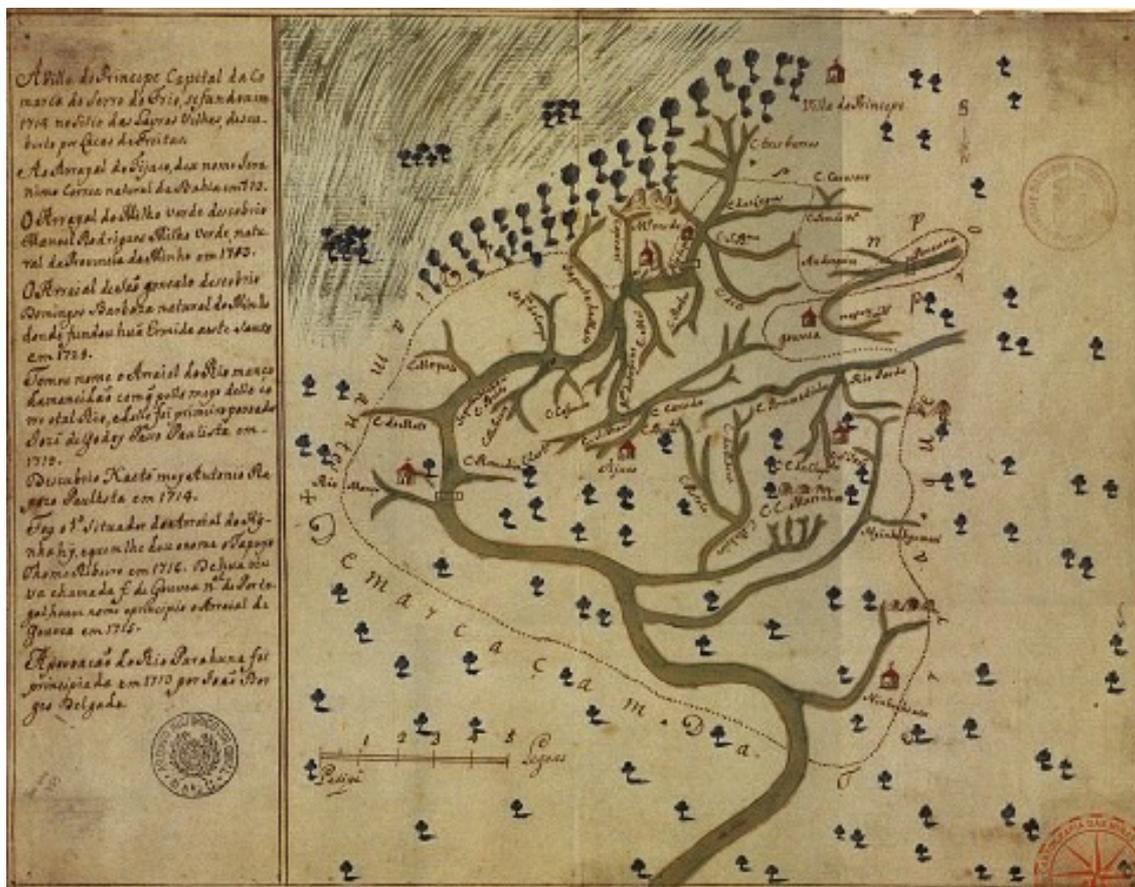
SILVA, Danuzio Gil Bernardino, (Org.). Os diários de Langsdorff: Rio de Janeiro e Minas Gerais; 08 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v.1.

SPIX, Johann Baptist Von, MARTUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

SUZANNET. Conde de. O Brasil em 1845. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1957.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. Viagens através da América do Sul; tradução de Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro. 2006.

## ANEXOS



[ Mapa da ] Demarcação Da Terra que produz Dimantes.post. 1729/1734. 26 x 33 cm; Aquarela colorida; AHU (n. 247/1153) – Fotografia: Laura Castro Caldas e Paulo Cintra – Projeto Resgate.

